



AS POLÍTICAS DE REQUALIFICAÇÃO FACE AOS USOS DO ESPAÇO URBANO: O PASSEIO PÚBLICO DE FORTALEZA

Autor: Francisco Willams Ribeiro Lopes¹

Instituição: Universidade Federal do Ceará – UFC

E-mail: willams-ribeiro@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As políticas de intervenção urbana designadas como “requalificação” emergiram em várias cidades no Brasil e no mundo e, na maioria dos casos, são resultantes da parceria entre poder público e iniciativa privada. O objetivo é transformar sítios históricos considerados “degradados” em áreas de entretenimento e lazer. Esses projetos promovem ações de restauro físico de equipamentos públicos e medidas que incrementam o valor simbólico, a partir do planejamento de novos usos que ativam antigos sentidos perdidos no tempo.

Tendo por base as políticas de intervenção no espaço urbano, este artigo analisa como a política de “requalificação” é realizada no centro histórico de Fortaleza, especificamente, na Praça dos Mártires, mais conhecida como Passeio Público. Como este tipo de intervenção é um fenômeno mundial, pretendo analisar qual é a perspectiva dos gestores, responsáveis por esta política em Fortaleza, ao “requalificar” esta praça e como se dá a relação entre as medidas tomadas e os usos do espaço urbano.

1.DE LARGO DA FORTALEZA A PASSEIO PÚBLICO

A Praça dos Mártires, mais conhecida como Passeio Público, é uma das mais antigas da cidade de Fortaleza, datada aproximadamente da primeira metade do século XIX. Situada na Rua Dr. João Moreira, no bairro Centro, ocupa uma área de 8.450 m² e, no imaginário social, é considerada um local especial para a cidade devido seus atributos históricos, culturais e paisagísticos.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



O Passeio Público fica próximo ao Forte Nossa Senhora da Assunção, por esta localização recebeu o nome de Largo da Fortaleza. Também, devido à proximidade, foi destinado a execuções de pena de morte. Quando a Confederação do Equador de 1824 foi vencida, os participantes deste movimento revolucionário foram ali executados em 1825: Carapinima, Padre Mororó, Pessoa Anta, Ibiapina e Azevedo Bolão (ARAGÃO, 1999).

Segundo Raimundo de Menezes (2006), o primeiro idealizador do Passeio Público foi o presidente da província Dr. Fausto Augusto de Aguiar, ele idealizou o aformoseamento porque ali era o local preferido dos moradores próximos para passeios pela manhã e no final da tarde. Para Nogueira (1980), um dos construtores do Passeio Público foi Tito Antônio da Rocha. Em 1879, este começou a ornamentar o lugar, transformando o grande areal em uma praça pública reconhecida pelo município. Atribui-se a ele a construção da principal fonte, do *rink* de patinação datado de 1879, da caixa d'água e do coreto cujo teto possuía forma piramidal. Neste período, o Passeio Público era dividido em três planos ligados por escadas, cada um frequentado por classes sociais diferentes da população. Para Gustavo Barroso, era uma “separação de camadas sociais naturalmente e espontaneamente feita” (BARROSO, 1962, p.280), a praça como reflexo da sociedade da época: estratificada em classes sociais.

Nas primeiras décadas do século XX, o Passeio Público era um dos locais mais apresentados nos cartões postais, considerado um ícone da cidade (BARREIRA, 2008). A praça era uma das edificações de maior relevância urbana, pois foi construída no processo de “modernização” e reformas urbanas de Fortaleza. Em 1940, o primeiro plano foi reformado nos moldes do Passeio Público do Rio de Janeiro, e em 1963 foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN) por meio do Decreto-Lei nº 25/37 de 30 de novembro de 1937. Na década de 80, passou por pequenas reformas como a realizada na gestão da prefeita Maria Luiza Fontenele. O objetivo desta restauração foi recuperar a possível feição original que se encontrava descaracterizada e deteriorada.

Nos anos 1990, os relatórios de vistorias realizadas pelos arquitetos do IPHAN (2007) registravam essa descaracterização e “degradação” da praça. Nos documentos sobre os usos do espaço, consta que o logradouro era utilizado para atividades que concorriam para a sua destruição e desvalorização. O Passeio estava ocupado por um



grande parque infantil e inúmeras barracas de venda de bebidas, neste período, os jornais noticiavam o desrespeito ao patrimônio tombado.

Os furtos, como de uma porta (de um equipamento onde funcionou a 145ª Junta do Serviço Militar), acontecem, em plena luz do dia [...] Além disso, há as subtrações que têm sido comuns nos hábitos criminosos noturnos de luminárias, jarros e os postes de ferro estilizados. O mato toma conta dos canteiros, bem como já não há mais as placas indicativas de monumentos e até mesmo do baobá, árvore simbólica do logradouro. (DIÁRIO DO NORDESTE, 30/1/2007).

Nos últimos anos, os dois jornais de maior circulação na cidade foram uma das principais fontes de informação sobre a situação do Passeio Público. Devido o processo de restauração física do logradouro realizado em outubro de 2007, na gestão da prefeita Luizianne Lins, surgiram várias reportagens relatando como era o cotidiano da praça. Os discursos provenientes deste meio atribuíam à praça a imagem de um local “degradado” e em “decadência”.

O Passeio Público, [...] vinha sendo submetido há várias décadas a um terrível processo de degradação. Virou, ao longo destes anos, um local frequentado por prostitutas e marginais, tornando-se perigoso para ser visitado por famílias e turistas. Nos últimos anos essa decadência se acelerou de maneira acentuada. Até mesmo as prostitutas deixaram de fazer ponto no meio da praça que se tornou um imenso vazio dentro do Centro de Fortaleza. (O POVO, 6/10/2007).

A restauração do Passeio Público era um dos projetos da Prefeitura de Fortaleza que visavam produzir impacto no Centro. Segundo o Jornal Diário do Nordeste, no total foi investido R\$ 870,00 mil, sendo R\$ 45 mil doados em tinta e grama pelo Instituto Cor da Cultura que promove o evento Casa Cor². O Passeio Público foi utilizado como antessala para o evento, já que o mesmo foi realizado no Museu da Indústria (uma construção que já acolheu a Sociedade União Cearense, o Hotel do Norte e os Correios), em frente ao Passeio. O Poder Público também conseguiu R\$ 150 mil com o PRODETUR/NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste).

Além do restauro físico e paisagístico, o local foi alvo da política de requalificação que compreende a ocupação, usos e conteúdos das relações sociais praticadas neste espaço. Em outubro de 2007, algumas atividades estavam em pauta,

²A Casa Cor é um evento de decoração, sendo um grande referencial de tendências, qualidade de vida e criatividade, tendo como principal missão lançar as novas tendências mundiais de produtos e materiais de arquitetura e decoração.



como momentos de sesta, leituras, jogos, roteiros histórico e botânico, aulas de ioga etc. E a principal instituição responsável pela realização dessas atividades e, conseqüentemente, pelo processo de requalificação da praça era a Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR).

Neste sentido, percebemos que a política de requalificação procura dar uma nova funcionalidade ao espaço, planejando novos usos e sociabilidades para os espaços de lazer e cultura. Ela busca uma maior dinamização cultural das áreas públicas e a construção de uma nova imagem para o espaço.

2. AS POLÍTICAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA

A requalificação é uma prática de proteção de espaços urbanos expostos à “degradação” e a um “desvio” de funcionalidade que procura gerar novas atividades mais adaptadas ao contexto contemporâneo (PEIXOTO, 2009). A origem do termo requalificação está ligada ao processo de urbanização das cidades e aos efeitos do mesmo. Entre as explicações mais relevantes para o surgimento desta problemática está o surgimento de novos centros urbanos e a perda da vitalidade dos antigos; o crescimento de um mercado de lazer relacionado ao espaço público; e o aumento de intervenções urbanísticas e arquitetônicas que priorizam os símbolos e a “identidade” das cidades, devido ao surgimento de um cenário internacional de competitividade em torno de fatores representacionais.

O crescimento urbano e os processos que podemos nomear de modernização surgiram acompanhados de investimentos materiais e simbólicos nos equipamentos considerados expressão do patrimônio da cidade. Por serem considerados os núcleos formadores da maioria das cidades, os centros históricos são os principais locais escolhidos para execução destas propostas. No centro histórico estão as localidades que servem como registros da história como os monumentos, prédios e praças considerados bens culturais, isto é, construções significativas para a memória coletiva que constituem o patrimônio histórico.

No caso de locais tidos como patrimônio histórico, Françoise Choay chama um processo semelhante ao analisado de *reutilização*. “A reutilização, que consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso normal, subtraí-lo a um destino de museu, é



certamente a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil de valorização do patrimônio” (2001, p.218). Segundo a autora, os monumentos e o patrimônio histórico deixaram de ser um objeto de culto para tornarem-se uma mercadoria cultural, que é produzida e distribuída entre os consumidores. Isto tem levado a um aumento do número de operações de valorização dos monumentos, prédios e praças antigas. O objetivo da reutilização é (re)integrar o patrimônio na vida contemporânea.

Essa articulação entre o patrimônio edificado e o patrimônio cultural revela um mecanismo da requalificação: a transformação do patrimônio em mercadoria cultural. Para este mercado, são ofertadas novas atividades e práticas culturais mais atualizadas ao contexto contemporâneo que procuram dar nova funcionalidade a alguns espaços.

Essa transformação de uma localidade histórica em um segmento de mercado pode ser designada pelo termo *gentrification*. “O termo *gentrification* [...] é aqui utilizado para designar a transformação dos significados de uma localidade histórica em um segmento do mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais” (LEITE, 2004, p.19-20). Segundo Leite, as práticas de *gentrification* se articulam em dois eixos principais: o primeiro, destaca o centro histórico como um lugar que é expressão da memória, tradição e identidade comuns; no segundo, a intervenção é uma forma de recuperar o espaço público para o lazer e entretenimento da população.

Barreira (2001) acrescenta que esse tipo de transformação é acompanhado de discursos alusivos a diferentes temporalidades, e nomeia as intervenções, discursos e depoimentos sobre os processos urbanos contemporâneos de “diálogo entre o passado e presente”. O passado é visto como um tempo sem retorno e a vida urbana aparece submetida a perdas de um tempo de maior sociabilidade e intimidade com a metrópole. O patrimônio é um lugar de excelente negociação entre o passado e o presente, é uma tentativa “[...] de reinventar o passado, recuperando, de forma simbólica, a ‘história’ do equipamento, introduzindo novos hábitos e pondo em destaque a dimensão estética” (2001, p.39).

A política de requalificação é carregada de um poder criativo capaz de construir novos cenários de forte impacto visual, porém, nesta perspectiva, Peixoto (2008) aponta para o risco de deixarmos de considerar o poder do espaço, ou melhor, o poder das



ações individuais, da capacidade humana de estabelecer vínculos e refazê-los constantemente.

3. AS REQUALIFICAÇÕES NO BRASIL

Esse tipo de intervenção urbana também se proliferou no Brasil em muitas de suas cidades históricas, resultando na transformação de “degradados” sítios históricos em áreas de entretenimento e lazer. No Brasil, a maior parte das políticas públicas referentes à proteção do patrimônio se restringiu a iniciativas do poder federal. As medidas para esta proteção foram abordadas, principalmente, nas cartas constitucionais (FUNARI; PELEGRINI, 2006). As declarações da Constituição da República Federativa do Brasil de 1934 viabilizaram os processos de tombamento, instituídos pelo Decreto-lei n.25/1937, este se tornou o principal instrumento jurídico utilizado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Após sua reestruturação administrativa, este órgão passou a ser chamado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Era responsável pela identificação, catalogação, preservação e fiscalização dos bens culturais.

A partir da década de 1960, as ações voltadas para a defesa do patrimônio histórico-cultural tiveram a complementação de órgãos na esfera do poder estadual e municipal. Estas duas últimas esferas de poder passaram a ter o recurso do tombamento nos seus respectivos níveis, isso resultou, por exemplo, no tombamento da área do Pelourinho, no centro histórico de Salvador em 1967, realizado pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Esta foi uma das primeiras ações no Brasil a apresentar uma preocupação do Poder Público de perder a antiga dinâmica dos centros históricos. Essas estratégias resultaram na elevação do Pelourinho à condição de Patrimônio da Humanidade em 1985, isto ajudou no processo de requalificação, pois a partir de 1990, os casarios no seu entorno foram reformados e tombados em nível federal e estadual, contando também com os investimentos da iniciativa privada (VASCONCELOS, 2008).

Com o exemplo de Salvador, várias cidades iniciaram suas experiências de “requalificação” de centros históricos e, proporcionalmente, cresceu o número de cidades reivindicando o reconhecimento como bens do patrimônio cultural brasileiro.



4. A REQUALIFICAÇÃO EM FORTALEZA

Desde os anos 1980, quando Fortaleza começou a consolidar sua imagem de pólo de atração turística, surgiram discursos e medidas para uma restauração da área do centro histórico. No contexto político, as modificações urbanísticas são identificadas com a ascensão do grupo político até então liderado pelo governador Tasso Jereissati (GONDIM, 2007). O crescimento urbano foi acompanhado de investimentos para preservação de equipamentos considerados patrimônio da cidade. A recuperação desses lugares, segundo Barreira (2001), procurou valorizar as “ruínas” e também “revitalizar” os espaços. Esse “revitalizar” refere-se a novos usos coletivos, diferentes dos pioneiros, relacionados principalmente ao lazer e ao consumo cultural.

No plano das sociabilidades, objetiva-se reaver antigas formas. As velhas praças, lugarejos e sentidos herdados de uma tradição são reativados e, tenta-se com isso, recompor antigas referências associativas solapadas por uma modernidade que tornou a cidade funcional para o desempenho das atividades produtivas, mas bastante problemática para o convívio humano (BARREIRA, 2001, p.31).

As discussões em torno da requalificação do centro histórico de Fortaleza se iniciaram na década de 1990, incentivadas, principalmente, pelos setores público e privado. De um lado, estavam os técnicos do governo estadual e municipal interessados em projetar o Centro para o turismo, do outro lado, comerciantes e lojistas da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), interessados numa maior dinamização econômica da região (VASCONCELOS, 2008). Estas discussões resultaram em projetos tais como a requalificação do Passeio Público.

Assim, como esse tipo de intervenção é um fenômeno mundial apresento a seguir a percepção dos agentes desta requalificação, as noções que direcionaram suas ações diante dos usos do espaço urbano.

5. A POLÍTICA DE REQUALIFICAÇÃO NO PASSEIO PÚBLICO

5.1. A (RE)CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA COLETIVA



Segundo Gondim, a memória constitui “uma re(a)presentação de experiências vividas que, ao serem atualizadas, passam a fazer parte do presente” (2001, p.176). A recuperação de locais importantes para a história da cidade é uma tentativa de imortalizar a importância simbólica de um espaço que pode “se perder” nas gerações futuras. A escolha do Passeio Público pelo poder municipal como alvo da política de requalificação deve-se a seus atributos históricos e, também, porque já era um bem tombado pelas instâncias municipal, estadual e federal, ou seja, um patrimônio. Este “conta” o passado a partir de uma nova linguagem.

Conforme Paola Jacques, as cidades contemporâneas estão passando por um processo de espetacularização urbana, que consiste na elaboração de projetos que visam “construir uma nova imagem [...] que lhes garanta um lugar na nova geopolítica das redes globalizadas de cidades turísticas e culturais” (2008, p.48). Nesse processo há um aumento de políticas de preservação das áreas históricas, de lugares com forte influência para a cultura local.

Durante o processo de pesquisa era comum às referências há um tempo passado de sociabilidade no Passeio Público. Por isso, os agentes sociais da SECULTFOR realizam um conjunto de medidas como eventos culturais, feijoadas, apresentações de chorinho para reativar os usos no espaço da praça. Na feijoada, por exemplo, antes de começar o evento, um responsável da prefeitura vai até o palco e usando o microfone fala sobre a historicidade da praça e enfatiza a transformação ocorrida por meio da política de requalificação.

Ao serem indagados sobre a representatividade da praça em relação à cidade, tanto gestores quanto frequentadores se referiam à historicidade da praça.

A praça foi escolhida [pela política de “requalificação”] pelo conteúdo histórico dela, pela estética também, porque é uma das praças mais bonitas de Fortaleza, mais agradáveis, pelo valor histórico, pelo que ela representa (Entrevista com a permissionária do quiosque, Fevereiro de 2010).

Porém, a destruição e a degradação de monumentos históricos demonstram a ausência de uma memória coletiva, entendida como a falta de experiências comuns entre pessoas e grupos em espaços sociais. Benjamin (1985) atribui a não valorização do patrimônio cultural à pobreza de experiências, porque os locais que marcam a memória de uma cidade, por exemplo, são espaços carregados de histórias e experiências vividas.



Assim, as atrações e os eventos realizados pela política de requalificação são uma tentativa de (re)construir uma memória, resgatar a “arte de narrar” e estabelecer uma tradição. Como a memória é um processo social, a operação mental do lembrar se tornará mais fácil mediante o desenvolvimento de interações sociais. Para Halbwachs (1990), o espaço físico tem um papel importante na constituição de uma memória coletiva, pois nossas memórias estão localizadas no interior dos espaços sociais e lembranças pessoais. “Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura [...]” (HALBAWACHS, 1990, p.143). Nesta perspectiva, o espaço físico tem o papel de uma “âncora” na constituição da nossa memória.

No contexto urbano contemporâneo, esta política procura construir “lugares” (CERTEAU, 1994), isto é, “espaços praticados” emaranhados de significados e ações com sentido. Alguns espaços deixam de ser apenas logradouros públicos (espaços urbanos) e tornam-se em “lugares” (espaços políticos). Essa ligação entre o patrimônio edificado e as expressões imateriais do patrimônio cultural é uma tentativa de realocação, de reinventar uma centralidade e refazer a conexão entre identidade e lugar. Esta tentativa reforça ainda mais a memória coletiva, pois ela é importante para identidade social, coesão e solidariedade (GONDIM, 2001).

5.2. A REMOÇÃO DE UM “ESTIGMA”

A percepção de que o projeto de requalificação do Passeio Público procurava remover um “estigma” atribuído à praça surgiu numa entrevista com os gestores, na qual uma entrevistada indicou o fato da praça “carregar um estigma”, devido o “descaso do poder municipal” e a utilização do equipamento por “prostitutas, vândalos e moradores de rua”.

Com base nos estudos de Erving Goffman (1991) sobre os processos de estigmatização, identifiquei que o termo “estigma” foi utilizado pelos gregos e se referia a sinais corporais que evidenciavam algo de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de um indivíduo. Mas, “[a]tualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal” (1991, p.11).



Nesta pesquisa ora apresentada, o termo “estigma” pode ser entendido como uma classificação realizada a um lugar. Essa classificação é consequência da própria capacidade dos indivíduos em categorizar as pessoas e os lugares, pois os homens estabelecem no seu imaginário os atributos considerados comuns a um determinado espaço social. Eles identificam também qual categoria de pessoas tem maior probabilidade de ser encontrada em alguns ambientes sociais. Devido os constantes assaltos e usos do espaço para práticas de prostituição, as pessoas que frequentavam a praça foram construindo a imagem de um local inseguro e distante dos padrões de moralidade existentes. Os frequentadores identificavam a praça à categoria das prostitutas e suas práticas, assim, esta presença se relacionava à condição de frequentar ou não frequentar o local novamente. Este fato é evidenciado no relato de um homem vítima de assalto.

Eu fui vítima [de assalto]. [...] A mulher me chamou pra um motel, ali né, eu fui, cheguei lá pendurei a camisa no cabide, a camisa com dinheiro no bolso né, enquanto eu tomava banho, ela veio de lá, levou o meu dinheiro, vale-transporte e noventa reais que eu tinha no bolso, quando eu fui pegar a roupa pra vestir, tava o bolso limpo, só com os documentos no bolso, quer dizer, foi daqui. [...] Por isso que é discriminado, eu discrimino um pouco, assim como eu discrimino um pouco por esse motivo, tem outro que já discrimina por ouvir falar. [...] Isso aqui era muito frequentado por mulher, agora é que não está mais. [...] Chamou, eu fui, qualquer uma chamava [...]. O preço era vinte reais [...]. Eu levei a polícia lá, mas não deu em nada. Não tava mais lá. Já tinha ido embora. Parece que era combinada com a mulher do motelzinho lá [...]. Quando a pessoa é vítima, acontece uma vez, é normal, um cidadão comum, um vacilo né [...].mas a segunda vez, ele ir para o mesmo local, saber que aconteceu uma coisa com ele mal e ir de novo é burrice, rapaz eu agora não vou nem de graça. Quanto é? É de graça. Não, não, muito obrigado (Entrevista com o Sr. Antônio, 58 anos).

5.3. DISCIPLINARIZAÇÃO DO ESPAÇO

Uma das características mais evidentes na política de requalificação do Passeio Público é a disciplinarização do espaço. Para Michel Foucault (1979), a disciplina é considerada uma técnica, um dispositivo e um instrumento de poder. É um método que trabalha o corpo dos homens e fabrica o tipo necessário para o funcionamento da sociedade. Nos seus estudos, Foucault não entende o poder como um objeto natural, como uma coisa que possui natureza, essência e características universais, mas sim como uma prática social constituída historicamente. Ao realizar um deslocamento do



poder do centro (o Estado) para a periferia (outras poderes nem nascidos, nem reduzidos ao Estado), percebe que o poder intervém atingindo o corpo, penetrando na vida cotidiana, por isso caracterizado como micro-poder.

Como Foucault atribui ao poder um caráter relacional, ele não existe como uma coisa em si, mas sim nas práticas ou relações de poder. No estudo do espaço urbano, a disciplina pode ser entendida como um tipo de organização do espaço. As ações promovidas por este processo de intervenção se constituem numa ação sobre o corpo, no adestramento do gesto e na regulação do comportamento. No contexto do Passeio Público, o poder disciplinar se manifesta em vários aspectos pontuados e explicados a seguir:

1. Legislação patrimonial;

O Passeio Público é um bem tombado pelo IPHAN e, por isso, protegido por lei federal, o Decreto-Lei nº 25/37 de 30 de novembro de 1937. Este decreto acarreta a existência de definições de uso para a praça, nos dois principais artigos vemos o que “se pode” e “não se pode” fazer na praça, segundo o IPHAN.

Artigo 17 – As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem a prévia autorização especial do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo Único: Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Artigo 18 – Sem prévia autorização do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nele colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

2. Regras de uso;

O Passeio Público também é tombado e protegido pelo Estado e pelo Município, bem como pelas leis de meio ambiente e de controle urbano. Isso resultará numa praça sujeita a um conjunto de normas, além daquelas estabelecidas para outras praças, em relação ao seu uso e funcionamento, cujas regras são assim descritas:

1. É uma praça pública, portanto, TODAS as pessoas, sem exceção de qualquer natureza, têm direito de ter acesso às suas dependências;
2. O horário de funcionamento para o público é de 6:30 horas da manhã com a abertura dos portões e às 20 horas, quando deverão ficar fechados e não ser permitido o acesso de ninguém, a não ser nas seguintes situações:
 - a) por autorização expressa da autoridade competente, e



- b) por ocasião de eventos previamente agendados e autorizados a ultrapassar este horário;
- 3. Não será permitido o uso do gradil e das colunas (seja por dentro ou por fora do passeio) para afixação de cartazes, faixas, bancas e acessórios de venda ou de qualquer outra finalidade.

Essas “regras” de uso são importantes para mostrar quanto o poder público articula várias estratégias para construir um espaço. “As estratégias são portanto ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes) [...]” (CERTEAU, 1999, p.102). Assim, o poder público produz, define e impõe formas de práticas a serem realizadas neste espaço.

3. A presença de um administrador;

Este é outro aspecto que reforça o caráter disciplinador desta política, diferente de outras praças, o Passeio Público possui um administrador para facilitar as atividades. Em certos aspectos, a praça torna-se comparável a uma empresa com organização racional com administrador, horário e regras.

4. A presença da Guarda Municipal.

A ação dos guardas municipais se manifesta como a mais relevante forma de disciplinarização do espaço, pois eles têm a função de reprimir os distúrbios, manter a ordem e remover o “estigma”. Esta relevância foi percebida desde a primeira ida a campo, ao chegar ao quiosque, recebi um panfleto que divulgava o self-service do equipamento, a feijoada aos sábados e, em destaque, tinha uma informação que me chamou à atenção: “No mais bonito e agradável local do centro da cidade. E o mais importante: segurança total (Guarda Municipal)”.

A imagem da praça como um local inseguro ainda é bem presente no imaginário social, por isso a presença da Guarda Municipal acaba determinando a frequência de pessoas na praça. Durante o período em que a Guarda Municipal de Fortaleza esteve em greve, os guias de turismo não foram trabalhar no Passeio Público, sob a justificativa de ser perigoso. Quando indagava a importância da ação dos guardas municipais, os gestores desta política mostravam certa dependência em relação ao trabalho deles.

Em alguns relatos, percebi aquilo que Foucault chama de positividade do poder. Para ele, o aspecto negativo do poder não é o mais produtivo, este não deve ser caracterizado somente pela sua função repressiva, por exemplo, e sim pelo que gera na



vida dos homens para utilizá-los ao máximo e torná-los dóceis politicamente. Essa é uma das principais funções dos guardas municipais.

Nas entrevistas com os guardas municipais, eles relatavam que o objetivo era inibir a presença dos moradores de rua, das prostitutas, tirar o “estigma” de uma praça ponto de droga e prostituição e torná-la num ambiente familiar. Segundo alguns policiais, suas ações se limitam ao interior da praça. No relato do policial militar percebi a preocupação de que seu período de trabalho não tivesse nenhuma ocorrência. Embora as relações sociais existentes no entorno da praça sejam marcadas pela hostilidade, não é função da Guarda Municipal ou da segurança armada resolver esse problema. Michel de Certeau (1994) explica que alguns espaços resultam de “estratégias”, entendidas como ações realizadas por um “sujeito de poder” (indivíduo, instituição, empresa etc.) que, marcado por uma autonomia e estabilidade, constrói demarcações físicas nas quais o poder se distribui e se consolida. Na intervenção realizada no Passeio Público, o poder da política de “requalificação” se distribui no interior da praça e se limita ao gradil.

CONCLUSÃO

A política de “requalificação” do Passeio Público de Fortaleza é mais uma das obras na qual antigo e novo, passado e futuro, simbólico e econômico são articulados como estratégia de “enobrecimento” do espaço. Desde os anos 1980, quando Fortaleza começou a consolidar sua imagem como pólo de atração turística, ou seja, a cidade passou a ser vista internacionalmente, começaram a surgir discursos e medidas para uma restauração da área do centro histórico. Muitos desses projetos não foram implementados, mas os executados, como a restauração do Passeio Público, buscam resultados tanto do ponto de vista econômico como simbólico.

Na tentativa de verificar como este fenômeno ocorre na cidade de Fortaleza, identifiquei três noções que fundamentaram os gestores públicos: a (re)construção de uma memória coletiva, a remoção de um “estigma” e a disciplinarização do espaço. Como este trabalho procurou seguir a mesma trajetória metodológica de Foucault (1979), do micro para o macro, a partir do estudo desta praça podemos refletir e colocar em discussão os dilemas da cidade. Por isso, este trabalho pode ser designado como pertencente a micro sociologia.



Com relação a (re)construção de uma memória, Choay (2001) mostra que, quando o patrimônio deixou de ser objeto de culto para tornar-se mercadoria, as cidades contemporâneas aumentaram as operações de valorização de locais considerados patrimônio das cidades. Em Fortaleza, isso se apresenta com a criação do Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural (DPHC) e as ações voltadas para tombamento. Já a remoção do “estigma” é uma característica bem particular da requalificação do Passeio Público, mas coloca em evidência locais que outrora os indivíduos que frequentavam realizavam usos que não eram aceitos socialmente. Enquanto isso, a disciplinarização do espaço nos faz refletir sobre as obras públicas que procuram, cada vez mais, ordenar ruas, avenidas, calçadas, determinar padrões de uso e consumo de lugares públicos.

A natureza social deste fenômeno encontra-se no fato do processo de requalificação compreender a ocupação, usos e conteúdos das relações sociais praticadas. Como um dos objetivos desta política é “devolver” o direito de ir e vir dos cidadãos, esse trabalho refere-se a uma reconquista do espaço público. Mas, é importante se perguntar para quem se faz isso, já que é evidente a presença de indivíduos provenientes da classe alta como protagonista deste processo. Além disso, verificamos que os eventos planejados visando à requalificação deste espaço público, se distanciam dos seus usos cotidianos.

Assim, percebemos que o Passeio Público tem se constituído historicamente como um lugar de contrastes com demarcações físicas, fronteiras simbólicas e diferenciações entre seus frequentadores. Esta praça também é como espelho que reflete, e nos faz refletir, sobre os dilemas presentes na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, R. Batista. **Tragédias que envergonham o Ceará**. Fortaleza: Ed. do autor, 1999.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Preservar a cidade: o centro como patrimônio cultural. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Élcio; PINHEIRO, Joceny. (Orgs.). **Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

_____. Narrativas do olhar: Fortaleza em cartões postais. In: LEITE, Rogério Proença (Org.) **Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade**. São Cristóvão: UFS, 2008.



BARROSO, Gustavo. **À margem da história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FUNARI, Pedro P. A.; PELEGRINI, Sandra de Cássia A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.

GONDIM, Linda M, P. A construção social da memória na moderna Fortaleza. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Elcio; PINHEIRO, Joceny. (Orgs.). **Olhares contemporâneos**: cenas do mundo em discussão na universidade. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

_____. **O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna**: cultura, patrimônio e imagem da cidade. São Paulo: Annablume, 2007.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Arquivo Patrimônio Tombado (Passeio Público)**. Fortaleza, 2007.

JACQUES, Paola Berenstein. Cenografias e Corpografias Urbanas: espetáculo e experiência na cidade contemporânea. **Revista Continuum**. São Paulo: Itaú Cultural, nº 5, p.47-57, 2008.

LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

_____. **Contra-usos e espaço público**: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n.49, p.115-134, 2002.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

LOPES, F. WILLAMS R. **As políticas de requalificação face aos usos do espaço urbano**: o Passeio Público de Fortaleza. Fortaleza. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou**: crônicas históricas da Fortaleza antiga. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2006.

NOGUEIRA, João. **Fortaleza Velha**: crônicas. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980.

PASSEIO Público esquecido. **Diário do Nordeste Online**, Fortaleza, 30 jan. 2007. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=402497>. Acesso em: 06 abr. 2009.

PEIXOTO, Paulo. Requalificação urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio (Orgs.). **Plural de cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Edições Almedina AS, 2009.

REFORMA do Passeio Público. **Jornal O Povo Online**, Fortaleza, 06 out. 2007. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/opovo/opiniaio/734980.html>. Acesso em: 06 abr. 2009.

VASCONCELOS, Leonardo C. **Um Centro para uma Cidade (Pós-)Moderna**: a Requalificação do Centro Histórico de Fortaleza. Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.